

# **O programa de Cotas na Universidade Contribui Para a Superação da desigualdade Racial no Brasil?**

Aparecida das Graças Geraldo<sup>1</sup>

Edilene Machado Pereira<sup>2</sup>

“A arma mais poderosa na mão do opressor é a mente dos oprimidos”

Steve Biko

## **Resumo**

O presente estudo tem como objetivo analisar no universo dos Programas de Ações Afirmativas, o programa de Cotas. Esses programas foram criados para favorecer o ingresso no ensino superior de alunos pertencentes aos estratos sociais e econômicos menos favorecidos, oriundos da escola pública ou alunos bolsistas integrais, no nível médio de escolas particulares. De forma mais específica, buscou-se conhecer, sob o ponto de vista dos egressos, como a participação nesses Programas favoreceu sua inserção no mercado de trabalho, visto que têm como meta, a superação de barreiras sociais e raciais. Participaram da pesquisa 7 alunos cotistas do curso de Administração de Empresas com idades entre 20 a 33 anos, de ambos os sexos sendo todos negros, os dados coletados por meio da entrevista semi-estruturada. Os resultados indicaram que o fato de terem feito uma faculdade pelo Programa de Cotas foi importante para as pessoas que participaram da pesquisa, pois possibilitou ampliar a compreensão do mundo e da sociedade e desenvolver a criticidade e a auto-estima. Pode-se dizer que para os alunos Cotistas, o ingresso no ensino superior fez diferença quando se considera a inserção no mercado de trabalho. Durante as entrevistas por unanimidade todos os entrevistados ressaltaram que foram vítimas de preconceito enquanto alunos da educação básica e posteriormente formados no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Ações Afirmativas, Cotas, Desigualdade.

## **The quota program at the University contributes to Overcome Racial Inequality in Brazil?**

### **Abstract**

The present study aims analyze on universe of Affirmative Action Programs, the quota program. These programs were created to favor the entry in higher education of students

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Professora da Universidade Estácio de Sá - São Paulo. Aluna Especial do doutorado na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP/Araraquara. CEP-14800-901 São Paulo/Brasil. E-mail: cidagerald@gmail.com.br.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia, pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho/UNESP./ Araraquara. CEP-14800-901 São Paulo/Brasil. Orientador: Dagoberto José Fonseca. Ex bolsista da Fundação Ford. Email: ms.soc.lenamachado@gmail.com.

belonging the social and economic strata fewer favored, originating from public school or full scholarship students on average level of private schools. More specifically, we sought to know, from the point of view of the egress, as participation in these programs favor its insertion in the labor market, since they have the goal, overcoming social and racial barriers. The participants were 7 quota students of course of Business Administration aged 20 to 33 year, of both sexes all black, the data were collected through semi-structured interview. The results indicate that the fact of having made a college by Quota Program was important for people who participated in the survey, enabling a broader understanding of the world and society and develop criticism and self-esteem. You could say that for quota students, the enrollment in higher education made a difference when considering the insertion in market of work. During the interviews unanimously all respondents stressed who were victims of prejudice as students basic education and later formed on market of work.

Keywords: Public Policy, Affirmative Action, inequality.

## **Introdução**

Para falarmos sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil, faz-se necessário fazer uma breve análise de lutas históricas dos grandes ativistas que sempre lutaram para um mundo mais justo e igualitário.

Não é novidade e, está presente no discurso dos grandes pesquisadores que a “história” do descobrimento do Brasil se confunde com o início da escravidão no Brasil, ou seja, a colonização e a construção deram-se por meio do trabalho escravo. O Brasil foi o último país do ocidente a abolir o “trabalho escravo” e os primeiros a pregar a igualdade de oportunidade para todos, independente da cor.

Para Pereira e Brunet (2009) buscar as origens desse povo na história brasileira é, antes de qualquer coisa, uma tarefa complexa. Segundo Souza Filho (2007), o tráfico negreiro entre os séculos XV e XIX envolveu cerca de 15 milhões de homens, mulheres e crianças africanas, arrancados de suas terras e transportados para as Américas e para a Europa.

Pesquisas apontam que cerca de 40% dos escravos traficados vieram para o Brasil; isso significa mais de 4 milhões de indivíduos, representando a principal força de trabalho (escravo) e constituindo a grande maioria da população dos períodos Colonial e Imperial, os outros 60% restantes foram distribuídos nos continentes.

Do tráfico de africanos na primeira metade do século XVI, podemos dizer que o início do processo de abolição no Brasil deu-se a partir de 1850, com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz que teve como finalidade por fim ao tráfico de africanos. Nesse

ínterim, muitas lutas foram travadas, pois a Lei fora negligenciada dando continuidade ao tráfico de escravos.

Em 28 de setembro 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre, e a partir dessa data todas as crianças filhas de escravas nasceram “livres”, entretanto tal medida, não garantiu em sua eficácia a liberdade da criança, de fato, até aos 21 anos as crianças ficavam sob a responsabilidade dos senhores, apontando que mais uma vez que os senhores foram premiados com o trabalho escravo.

A Lei nº 3.270 foi aprovada em 28 de setembro 1885, conhecida como a Lei dos Sexagenários, que tinha como objetivo libertar os escravos com mais de 65 anos, lei de pouco efeito “pois a expectativa de vida era de 40 anos” (Bonavides e Vieira,1972) e os poucos sobreviventes devido a idade tinham força de trabalho insuficiente para o trabalho a que se destinava.

Em 13 de maio de 1888 fora assinada a libertando os escravos, foram mais de três séculos que o africano e o negro brasileiro foi tratado como uma “propriedade do outro, podendo ser vendido, doado, emprestado, alugado, hipotecado, confiscado. Legalmente, o escravo não tinha direitos: não podendo possuir ou doar bens e nem iniciar processos judiciais, mas podendo ser castigado e punido” (IBGE, 2003).

O documento que pôs teoricamente fim a escravidão não garantiu a integração do negro à sociedade. Abandonados à própria sorte, sem qualificação profissional, “expulsos” das fazendas, tendo como destino a periferia, dando origem às favelas e vivendo de pequenos trabalhos braçais esporádicos. Para Heringer (p.58, 2002), embora nenhuma forma de segregação tenha sido imposta após a abolição, os ex-escravos tornaram-se, de maneira geral, marginalizados em relação ao sistema econômico vigente.

Com o advento da República, em 1889, sendo promulgada a primeira Constituição Republicana em 1891, cujo artigo 72º, parágrafo 2º estabelecia: “Todos são iguais perante a lei”. De lá para cá esse preceito está praticamente em todas as Cartas Magnas brasileiras, mesmo nos períodos autoritários, como por exemplo, na Constituição de 1934, que no artigo 113º, capítulo dos Direitos e das Garantias Individuais assegura no parágrafo 1º. “**Todos são iguais perante a lei.** Deixando claro que não haveria privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, “profissões próprias” ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas”.

Nesse contexto, ou seja, em busca da prometida “igualdade”, há cerca de 124 anos de “liberdade” o negro luta pela sua integração no mundo dos brancos. Tema abordado por Florestan Fernandes na obra *A Integração do Negro na Sociedade Classes* de 1965, uma das análises está relacionada aos impasses vivenciados por negros e mulatos e do esforço dos mesmos vislumbrando uma inserção na nova ordem social, construído pelo novo regime de relações de produção. Tendo como cenário a cidade de São Paulo.

Quando se coloca em pauta a inserção do negro no mercado de trabalho, vários percalços são elencados no sentido entender a falta de oportunidade, o primeiro é a escravidão, que perduram mais de três séculos a simples lei solucionou os problemas enfrentados pelos africanos e seus descendentes. Se ao lutarem pela liberdade dos negros, os ativistas mais aguerridos não pensaram na falta de estrutura e planejamento para, e por consequência os libertos foram lançados à própria sorte.

No início do século XXI os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) mostram uma realidade mais precária enfrentada pelos negros no mercado de trabalho, em comparação com a enfrentada pelos não-negros, quando se consideram dados como as taxas de desemprego, a presença nos diferentes postos de trabalho e os valores dos rendimentos, entre outros.

Buscando alternativas, cujo foco, é diminuir a desigualdade histórica foi lançado o programa de políticas públicas no Brasil é caracterizado conforme Teixeira (2002), princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Assim sendo várias organizações se mobilizaram em função do negro, visto que poucas foram as mudanças ou conquistas que o negro conseguiu, durante os anos de liberdade. Algumas políticas se destacam pelo caráter de inclusão educacional e social, ou seja, no mercado de trabalho. Alguns exemplos bem sucedidos são apresentados no

decorrer dessa análise, por exemplo, a Educafro em originalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, criada em 1993, se estendo a outros estados brasileiros a Steve Bico em Salvador, fundado em 31 de julho de 1992, por iniciativa de professores e estudantes negros e negras que de forma pioneira criaram o primeiro curso pré-vestibular voltados para negros no Brasil. O Instituto desenvolve diversas atividades no campo político e educacional que resultaram em políticas públicas para o combate as desigualdades raciais.

Outros posteriormente propostas na gestão Presidente da Republica, Luiz Inácio Lula da Silva, gerando o ProUni em 2005, e o novo papel do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) serve como “passaporte” para o ingresso no Ensino Superior e reservas de vagas nas Universidades Públicas, antes reduto da população branca e abastarda, para os afro descendentes oriundos das escolas públicas, tem feito uma diferença considerada na sociedade brasileira e na educação, contrariando as expectativas de muitos pesquisadores, que acreditavam que a entrada desse estudantes negros nas Universidades públicas iriam diminuir a qualidade dessas instituição, pesquisadores esses que durante anos se beneficiaram “estudando”o negro”, estão vendo suas “previsões” sendo desmentidas.

Os afrodescendentes oriundos das escolas públicas, tem feito uma diferença considerável, tanto na escolarização como na sociedade brasileira, negros tem feito alteração o cenário educacional com qualidade. Fato que vem ao encontro as previsões catastróficas de pesquisadores contrários as ações afirmativas, como Maggie e Fry, (2004), acreditavam que a entrada desses estudantes negros nas universidades públicas iriam diminuir a qualidade dessas instituições, pesquisadores esses que durante anos se beneficiaram “estudando o negro”, como sabem da força, dados estatísticos mostrou que estavam errados e estão vendo suas “previsões” sendo desmentidas.

Para analisarmos cotidiano negro, faz-se necessário destacar as políticas voltadas para a educação, citamos aqui Fernando Haddad, que concretizou a ideia gestada por ele quando integrava a Secretaria de Finanças na gestão Marta Suplicy. Propôs o Projeto de lei municipal que permitia a transformação de débitos tributários de instituições privadas de ensino em bolsas de estudos. Quando secretário-executivo do MEC, em 2004, concretizou a ideia na forma de Projeto de Lei federal, criando assim o ProUni. Essa é, sem duvida, uma bonita história onde o mais importante nisso tudo é compreendermos a força que luta conjunta em prol da cidadania e educação de milhares de jovens brasileiros fica possível e que Políticas Públicas é um dos caminhos.

## Quando a cor é o obstáculo

A inspiração que fez nascer esse artigo desabrochou da vontade de romper com a pouca visibilidade dos atos positivos que as Políticas Públicas vêm gerando e do interesse em tornar público a efetiva e importante da mesma. Os resultados alcançados por aqueles aos quais eram e ainda são negados direitos iguais de escolarização e de cidadania. Também se buscou examinar e revelar as lutas travadas em favor de uma liberdade de fato e de direito, fundamentalmente no campo educacional e de inclusão social. Visa contribuir de forma positiva para a luta dos afrodescendentes que sonham e lutam por uma sociedade sem falsa democracia.

Procuramos analisar a importância dos estudos sobre o negro no Brasil e a vital importância na construção da identidade do povo brasileiro, em particular da autoestima dos afrodescendentes. Além disso, visualizar a exclusão do negro brasileiro na escolarização no ensino fundamental e médio, tendo como consequência a quase impossibilidade do acesso ao nível superior público ou particular de qualidade.

Além disso, tratamos da trajetória dos alunos egressos, através das ações afirmativas, colhendo para isso seus depoimentos, no intuito de explicitar o embate a respeito dessas ações. O objetivo é aprofundar na discussão a respeito das ações afirmativas, nos direcionando para analisar sua origem e sua realização no âmbito das Políticas Públicas, no campo da discussão acadêmica e sua implementação.

Pereira e Brunet (2009) ressaltam que Políticas Públicas hoje mais do que nunca, necessitam existir e se multiplicar para continuar cumprindo e ampliando seu papel na luta contra a discriminação racial visando devolver a dignidade, o valor e a justiça para a população afrodescendente. Não restam dúvidas, por mais que algumas pessoas não concordem, que o ProUni é um programa federal de inclusão educacional revolucionário.

No Brasil, as análises sobre o caráter seletivo do ensino fundamental, médio e superior, têm-se centrado no exame dos determinantes econômicos. Entretanto, observa-se que os efeitos de outros marcadores sociais como raça e gênero são minimizados.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem desde 1990, editando anualmente Relatórios sobre o desenvolvimento humano. Neles são apresentadas visões gerais sobre o processo de desenvolvimento econômico e social de, em geral, 174 nações do planeta. Os mesmos apresentam também os Índices de

Desenvolvimento Humano (IDH) desses países, com base em três variáveis – rendimento per capita, educacional e de longevidade.

Os países que somam um IDH maior que 0,800 são classificados como países de alto estágio de desenvolvimento humano; os que ficam entre 0,500 e 0,799, como de médio estágio de desenvolvimento humano e os que ficam abaixo de 0,500, como de baixo estágio de desenvolvimento humano (Paixão, 2000).

Os dados obtidos pelo autor em seus estudos comprovam que o problema do racismo e do preconceito racial, ao contrário do que proclama o discurso oficial, existe em nosso país, produzindo um perverso processo de desigualdade social.

Cientes dessas disparidades, pesquisadores como: Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale da Silva (1991), Sueli Carneiro (1995), Iraci Picanço (1987), abriram, com seus estudos, um novo marco para os estudos das relações raciais brasileiras e decretaram o início da derrocada do mito da democracia racial no Brasil.

Ao tratarmos de Políticas Públicas é imprescindível falarmos de educação e cidadania, pois são os pilares de uma sociedade e de uma democracia de fato. Paulo Freire tinha consciência desses pilares e do poder que o sistema educacional tem na sociedade. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (2005), ressalta que vivemos em uma sociedade dividida em classes, sendo que os privilégios de uns, impedem que a maioria usufrua dos bens produzidos.

O autor ainda coloca como um desses bens produzidos e necessários para concretizar a vocação humana de ser mais, a educação, da qual é excluída grande parte da população do Terceiro Mundo. Refere-se, então, a dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes, onde a educação existe como prática da dominação, e a pedagogia do oprimido, que precisa ser realizada, na qual a educação surgiria como prática da liberdade. Orgulhamo-nos do reconhecimento mundial do nosso país, entretanto, ainda temos muito que avançar, no tocante aos direitos iguais de acesso aos educacionais e de bens de consumo.

### **Breve análise das políticas públicas educacionais no Brasil**

Os programas que mais se destacam[ram] na política educacional são o Programa Universidade Para Todos e o programa de Cotas: o primeiro foi criado em 2005 com o objetivo de oferecer bolsa integral ou parcial para alunos oriundos da escola pública ou alunos bolsistas de escolas particulares. Prevendo o aproveitamento

de parte das vagas ociosas das instituições de ensino superior privadas para acesso de alunos de baixa renda, por meio de bolsas de estudos integrais a serem concedidas a estudantes considerados pobres.

De acordo com o Ministério da Cultura (MEC) foram oferecidas desde sua criação em 2005 a 2011, cerca de 776.449 integrais e 606.867 parciais, totalizando 1.383.316 bolsas. Considerando bolsas ofertadas por raça/cor, somam um total de 804.442 distribuídas em 437.991 para brancos, 325.051 para pardos, 115.109 para pretos, 16.905 para amarelos, 1,403 para índios e 23.092 para os não declarados.

Uma conquista que foi criticada, Catani, Hey e Gilioli (2006, p.137),

Ao invés de privilegiar as IES privadas, o governo poderia investir no setor público, capaz de democratizar a Educação Superior. Todavia, para cumprir a meta do PNE de ampliar de 9% para 30% a população de 18 a 24 anos no ensino superior até 2010, o MEC optou por conceder benefícios e não promover direitos.

E em outro momento, Mancebo (2004, p.86), por sua vez, argumenta que:

longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. **A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escola, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções para os pobres.** (grifo nosso).

Posições semelhantes adotam Pacheco e Ristoff (2004, p.11), para quem o governo poderia:

eliminar todas as formas de filantropia e, por meio de processos agressivos de fiscalização, abrir com os 839 milhões, que poderiam ser arrecadados, outras 75 mil vagas/ano nas instituições federais – o que somado às vagas anteriormente referidas, permitiria duplicar e, dependendo da fórmula de cálculo adotada, talvez triplicar as vagas hoje oferecidas nas IFES.

Mesmo com as críticas dos defensores escola pública o ProUni foi aprovado através da Lei nº 11.096/05 tornou-se obrigatório, sendo considerado “o passaporte para a universidade”. Essa mudança fez aumentar fortemente o interesse pelo Exame Nacional do Ensino Médio, criado pelo Ministério da educação em 1998, visando avaliar quatro competências básicas dos alunos, articulando conteúdos da vida cotidiana e conteúdos conceituais das diversas disciplinas: domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentações e elaboração de propostas de intervenção na realidade, o que exame era facultativo, a



partir de 2004 assumiu o caráter obrigatório por se tornar o pré-requisito para o ingresso no Ensino Superior.

Em 2010 foi criado o Sistema de Seleção Unificado (SISU), gerenciado pelo MEC, por meio do qual as instituições públicas de ensino superior selecionarão novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no ENEM. Atualmente (2012) 95 instituições de ensino superior público aderiram ao SISU. Para os alunos que foram agraciados pelo ProUni, o Programa é considerado um divisor de águas na educação superior brasileira, pois permite a maioria da população que sempre viveu a margem ter oportunidade de retornar aos estudos. Em pesquisas realizadas por Geraldo (2007-2010) ressaltam a problemática enfrentada pelos alunos bolsistas, que na ânsia pela educação são privados das necessidades básicas (alimentação, transporte), o que evidenciou nas pesquisas é a necessidade de uma política de inclusão.

Para Geraldo (p. 143, 2006) o que se evidenciou é a necessidade de uma política de inclusão, mais ampla do que a concessão de bolsas de estudo, pois, do contrário, o Programa poderá se configurar como um engodo para a população à que se destina, porém eficiente para as instituições de ensino superior particulares que aderiram ao ProUni, algumas com ofertas de cursos desqualificados pela própria avaliação do governo.

O segundo programa de políticas públicas de ensino superior refere-se às cotas, que teve “oficialmente” início com o Projeto de Lei nº 73/1999 da deputada Nice Lobão, tratando da reserva de 50% das vagas das universidades federais a alunos oriundos de escolas públicas que tivessem cursado integralmente o ensino médio na instituição pública. O projeto original propôs um período de dez anos para que as escolas se adaptassem ao novo sistema, mostrando preocupação com a qualidade do ensino básico público.

Mesmo dividindo opiniões como podemos verificar nas afirmações da professora e antropóloga Yvonne Maggie (2005), o sistema de cotas visava dividir sociedade brasileira entre brancos e negros. Para ela, as cores das pessoas, no Brasil, não deveriam ser critério para distribuição da justiça; deveria existir uma luta pela igualdade dos cidadãos e não privilegiar uns em detrimento de outros; vê a necessidade na ampliação das vagas, entretanto o critério deveria ser social e não racial.

O Brasil ao longo do século XX lutou desesperadamente para extinguir a marca que o racismo de século XIX imprimiu sobre o nosso povo. Foi o modernismo que com todas as suas imperfeições lutou pela instituição de um outro paradigma no qual a “raça” não marcava indelevelmente os

indivíduos. Mas o processo de implantação da reserva de vagas para negros nas universidades públicas culminou com o que foi instituído na UnB, colocando a nu aquilo que antes estava como oculto no mar de boas intenções que acompanha qualquer política pública cujo objetivo é diminuir iniquidades. (MAGGIE, 2005, p.288).

Mais uma vez, contrariando os ideais dos pesquisadores que se posicionaram contra, algumas instituições públicas aprovaram leis regularizando o programa de cotas, como e o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que teve o programa adotado em 2001, e a primeira instituição federal de ensino superior a implementar o sistema de cotas foi a Universidade de Brasília (UnB), que aprovou 2004 o plano de metas para integração racial e étnica.

Nesse mesmo ano foi criado em São Paulo uma Instituição particular que tem como foco oferecer 50% das vagas para negros, com recorte racial e social. É nesse universo que entrevistamos as personagens que relatar histórias de vidas e se posicionarem quanto o programa de cotas em suas vidas.

### **As políticas públicas e o Mercado de trabalho**

Sabe-se que, ao escolarizar-se o negro tem mais chance de se libertar do trabalho braçal, o qual sempre lhe foi destinado e almejar ascensão social. Entretanto concordamos com Florestan Fernandes, quando afirma que ao escolarizar o negro tem duas barreiras a vencer, a primeira que é social e a segunda que é a social, ao contrário do branco tendo a oportunidade de escolarizar-se, precisa vencer somente a barreira social.

Ao entrevistamos jovens negros recém-formados sobre a política de cotas e sua contribuição para a inserção no mercado de trabalho, constatamos que os obstáculos permanecem quando têm a oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Para Joaquim (35 anos), a política de cotas é fundamental por uma questão histórica, ao posicionar-se criticamente, desperta a atenção sobre a complexidade:

Quando se fala sobre cotas englobam-se várias coisas, desde o mercado de trabalho até o banquinho azul do metrô, mas quando falamos de cotas raciais, principalmente no ensino superior é preciso estudar e resgatar que tal direito já nos foi negado e por uma questão de reparação (JOAQUIM)

A faculdade contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho, mas salienta que conseguiu por suas próprias articulações. Atualmente trabalha em escritório de contabilidade.

Para João (27 anos), Cotas é uma oportunidade tardia para as pessoas que nunca tiveram oportunidade de estudar.

João sempre quis cursar Direito, porém devido às condições financeiras o curso disponível foi Administração de Empresas. “Pensava que esse era um curso “estratégico”, pois estuda Contabilidade, Recursos Humanos, Psicologia e Direito, facilitando a inserção no

mercado de trabalho”. Quando ingressou, já sabia das dificuldades que teria para a inserção no mercado de trabalho:

Quando você fala que é de uma faculdade pequena, quando se fala de cota, de ação afirmativa, as pessoas ainda vêem o cotista como aquele que traz dificuldade. Você tem dificuldade e as pessoas já pré-dispostas começam a te olhar como pessoas que têm problemas com o ensino. Não estou dizendo que estas pessoas são preconceituosas, mas a realidade é que elas enxergam o negro com demérito, talvez seja até inconsciente. [...] coisas básicas, como inglês e informática a população negra e carente tem dificuldade. Na empresa as pessoas começam a perceber e a gente sente, por que outros estagiários começam inglês desde cedo e têm um computador em casa. Você pode até dizer que isso é coisa da minha cabeça, mas eu sei que não é. Mesmo existindo o programa de cota, é difícil se inserir no mercado de trabalho (João).

Para Vinícius, todos esses anos depois da abolição, mais de 120 anos, os negros “tivemos a nossa história marginalizada e só com um programa assim é que vai diminuir essa marginalização, esse preconceito, fora isso não tem outro jeito”.

Para ele, a faculdade ofereceu um ensino “na média”: o ensino é de qualidade e tem enfoque no negro, a pessoa vai conhecer a história do negro, vai conhecer as asperezas da consciência do negro.

Mauricio, o primeiro de 13 irmãos a ingressar na faculdade, pensa que o programa de Cotas racial é importante, pois “a gente vive um *apartheid*, só que uma *apartheid* muito subjetiva, você anda lado a lado com o branco, mas se você toma uma geral será mais humilhado que o branco; mesmo o branco sendo seu amigo, seu parceiro, o tratamento é diferenciado”.

Observando os relatos feitos pelos entrevistados, percebemos que a pobreza não é neutra.

A pobreza tem sexo, tem cor, tem endereço. Isso significa que os fatores ligados à condição da família, ao ciclo de vida, ao sexo, à idade, à raça e à etnia, determinam formas diferenciadas de vivenciar a pobreza, e que determinados grupos da população são mais vulneráveis e têm uma dificuldade maior de superá-la (ABRAMO, p.18, 2004).

Como cada um tem um cotidiano único e específico, no âmago do que denominamos pobreza no Brasil com características individuais. Os entrevistados se posicionaram com conceitos semelhantes e alguns com o pensamento contrário, mas crítico sobre as cotas e podemos avaliar através das concepções de Davi que assumiu posição contra as cotas, justificando que é um mal, mas um mal necessário.

Pela herança, pelo que nós passamos, por mais de trezentos anos de escravidão, nossa sociedade tinha que oferecer um ensino desde a base de qualidade para competir de igual para igual com aqueles que estudam nos melhores colégios pagos. Por isso eu sou contra, mas infelizmente nossa realidade é diferente, porque desde sempre fomos explorados, tiraram o que

é de melhor e fomos explorados por outra etnia. Nós não temos hoje a mesma facilidade que os outros, então eu acho que a cota veio para diminuir, disseminar essa herança que tivemos. Eu vejo que é um mal necessário (Davi).

Para Davi, não a faculdade, mas sim a educação foi que abriu as portas, que o fez ver “as coisas” de maneira diferente. A educação lhe trouxe vitórias e orgulho. “Uma pessoa que não teve educação é uma pessoa sem acesso, é uma pessoa submissa”.

A gente vive uma *apartheid*, só que uma *apartheid* muito subjetiva, você anda lado a lado com o branco, mas se você toma uma geral será mais humilhado que o branco; mesmo o branco sendo seu amigo, seu parceiro, o tratamento é diferenciado.

Renata é a favor do programa, mas acrescenta que não deveria ser somente para negros e sim para todos os menos favorecidos, negro, índio, branco, gay, todos, porque existe muita discriminação. “Lógico que 500 anos de opressão, mais de 300 anos da morte de Zumbi, estamos em pleno século XXI e pouco ou quase nada tem sido feito para melhorar a condição do negro no Brasil”.

Renata trabalhava numa empresa de desenvolvimento de softwares. Apesar disso, fez uma autoanálise daquele seu momento na empresa:

Quando eu fui promovida porque a minha chefe bateu o pé e disse que a vaga era minha e que ela confiava no meu trabalho, “ela tem capacidade para realizar o trabalho”. Ele disse: “então está bom, mas eu não concordo”. [...] Não tenho mais possibilidades. Se tiver um cargo de gerência, de coordenador ou supervisão não vai cair no meu pé. Isso para mim esta ficando cada vez mais claro. Antes eu não queria enxergar, eu achava que era possível, mas hoje eu percebo que não (Renata).

Helôisa teve um percurso diferenciado na vida acadêmica. É favorável à política de Cota e pondera que cursar a Educação Superior não foi fácil.

Eu sei o que passei, eu sei o quanto eu lutei para chegar lá e conseguir pagar a faculdade. Eu sei que muitas pessoas não têm a oportunidade de estudar e não têm uma família que incentive para isso. Dizer que negro não tem direito, que ele tem que ter direitos iguais aos das outras pessoas, não é verdade. Se for fazer uma pesquisa de quantas pessoas brancas e negras que tem status social, percebe-se que o negro está abaixo do branco, não pode ser igual. Para um dia a gente chegar e tanto o negro e o branco ter o mesmo status social, sem esse tipo de afirmação a gente não vai conseguir chegar, não é um empurrão, mas um passo para a que a pessoa consiga chegar e a gente tem que agarrar (Helôisa)

Os relatos dos entrevistados afirmam que as políticas públicas existentes contribuem para a inserção no mercado de trabalho, entretanto novos desafios ou obstáculos são levantados. A discriminação que o negro começa a enfrentar ao ocupar um espaço que outrora jamais foi a ele destinado. Existem diferentes graus de discriminações, para Soares (2000) “uma coisa era o sofrimento de ciganos na Alemanha nazista ou de negros na África do Sul com o *apartheid*, outra, a

discriminação contra magrebinos na França de hoje. A diferença fundamental é o grau”. Consequência da discriminação e racismo, práticas disseminadas e nefastas, o mercado de trabalho está marcado pelas marcas da desigualdade, tais marcas agem efetivamente impedindo que ao ingressarem no mercado de trabalho, os mesmos tenham as mesmas oportunidades para ascenderem nos espaços laborais.

### **A guisa da conclusão**

Entregue à própria sorte após a abolição em 1888, ao negro sobrou o abandono, pois não tinham outro trabalho a não ser o braçal. Repentinamente, sem labor ou onde morar, grande maioria viu-se marginalizada, sem trabalho e sem acesso à escola, como futuro, os libertos refugiaram-se em quilombos, favelas, mocambos e palafitas. Infelizmente, o passado escravista registrou no inconsciente coletivo a absurda noção da inferioridade do negro, criando-se um preconceito que se manifesta de diferentes formas. Embora não tenha sido imposta nenhuma forma de segregação, grosso modo, os libertos negros tornaram-se os marginalizados em relação ao sistema econômico. O quadro começou a mudar em 1930, quando o país iniciou a sua industrialização, nesse período os intelectuais começaram a interpretar o cenário brasileiro, passando a ideia de uma sociedade igual, ou seja, de acordo com Guimarães (2002), “a ideia de que o Brasil era uma sociedade sem linha de cor, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social das pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza e prestígio” (p.139). De um lado, o declínio de uma classe social constituída até o momento por uma elite agrária rural, os Senhores do café. De outro a ascensão da burguesia industrial e o crescimento do proletariado urbano.

A realidade é que a partir de 1930, intensificaram-se as lutas por melhorias de vida, e as mudanças serão possíveis se o negro tiver a oportunidade de escolarizar-se, e ao ter acesso a educação, é evidente que os problemas não estarão solucionados.

São lutas diárias travadas para que de fato a igualdade de oportunidade definido pela Declaração de Direitos Humanos, proclamada pela Revolução Francesa na obra “Pobreza: um Glosario Internacional em 2009”, igualdad de oportunidad é entendido por Spicker, Leguizamón, Gordon, 2009), como “derechos de la población a cambiar su status, su posición social o sus oportunidades de vida sim que nadie se ló impida. La igualdad de oportunidades referida a médios requiere el acceso a um abanico de médios o seguridad básica, para poder competir em igualdade de condiciones.

## Referência

ABRAMO, Lais. Perspectivas de Gênero e Raça nas políticas públicas. IPEA. Mercado de Trabalho.n.25 Brasília, 2004

BONAVIDES, Paulo e VIEIRA, R. A. Amaral. Textos políticos da história do Brasil. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1972

BRASIL. Decreto Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. 184º da Independência e 117º da República. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. 14 de jan. de 2005. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2005/lei11096.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012

BRASIL. Lei dos Sexagenários. Disponível em:<<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/sexagenarios.htm>>. Acesso em 25 de março de 2012

BRASIL. LEI Nº 2040 de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre. Disponível em:<<http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2012

BRASIL. LEI nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea. Declara Extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: <[http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm#LEI\\_ÁUREA](http://www.soleis.adv.br/leishistoricas.htm#LEI_ÁUREA)>. Acesso em: 15 de março de 2012

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: Democratização do Acesso às Instituições de Ensino Superior? Revista Educar. Curitiba Editora UFPR. N.28, p. 25-140, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação . No 29, 2005, p.164-176. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2012-03-24

GERALDO, Aparecida das Graças. Alunos do ProUni – Condições de Acesso e de Permanência em Diferentes Áreas do Conhecimento. 2007.215f. Monografia (Especialização - Formação de Docentes para o Ensino Superior, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP 2007

GERALDO, Aparecida das Graças. Os Egressos do ProUni e Cotas no Mercado de Trabalho: Uma Inclusão possível?2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34, 2002

HERINGER, ROSANA. Desigualdades Raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Caderno Saúde Pública: Rio de Janeiro, n.18,

p. 57-65, 2002. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18s0/13793.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2012

IBGE- Dia da Abolição da escravidão. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/home.html>>. Acesso em: 12 de março 2012

JACINO, Ramiris. O negro no trabalho livre na cidade de São Paulo: 1872-1890. 2006. 110f. Dissertação (Mestrado em História Econômica Universidade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo, São Paulo 2006

MAGGIE, Yvonne. Políticas de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que ria sociedades divididas. Revista Horizontes Antropológicos. V.11, n.23, Porto Alegre Jan./Jun 2005.

MANCEBO, Deise. Reforma Universitária: Reflexões sobre a Privatização e a Mercantilização do Conhecimento. Revista Educação e Sociedade. Campinas; São Paulo. V.25, n. 88, p.845-866, Out/2004.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo. Ensino superior: Democratizando o Acesso. Fundação Carlos Chagas, v. 4, n.9, p. 09-24, 2004, Disponível em:< <http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v09n04/v09n04a02.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2012

PAIXÃO, Marcelo. Desenvolvimento Humano e as Desigualdades Étnicas no Brasil: um retrato de final de século. Revista Proposta, n.86. 2000. Disponível em:< [http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta86/marcelo\\_paixa\\_o.PDF](http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta86/marcelo_paixa_o.PDF)>. Acesso em: 23 de março 2012

PEREIRA, Edilene Machado e BRUNETTO, Valnei. EDUCAFRÓ: Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes:do sonho à realidade.2009.p.132.Livro, distribuído gratuitamente para os núcleos da Educafro e simpatizantes

PROUNI. Programa Universidade Para Todos. Disponível em:< <http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 de março 2012

SIPCKER, Paul; LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez, GORDON, David. Pobreza: un Glosario Internacional. Buenos Aires: Clasco, 2009.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. O Perfil da discriminação no Mercado de Trabalho – homens Negros, Mulheres Brancas e mulheres Negras. Texto para discussão, n.769. 2004. Disponível em:< [http://agencia.ipea.gov.br/pub/td/2000/td\\_0769.pdf](http://agencia.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0769.pdf)>. Acesso em: 20 de março 2012

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Disponível em:< [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf)>. Acesso em 23 de março 2012